

# Diário da Assembléia

Nº 2.502

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 1970

ANO IX

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN  
ARTHUR DE SOUZA  
DAVID FEDERMANN  
GABRIEL MANOEL  
HAROLDO BIANCHI  
OLIVIO BELICH  
LEOPOLDO JACOMEL  
ABRAHÃO MIGUEL  
AGNALDO PEREIRA LIMA  
ALENCAR FURTADO  
AMADEU PUPPI  
ANTONIO LOPES JÚNIOR  
ARMANDO QUEIROZ  
ARNALDO BUSATO  
EMÍLIO CARAZZAI  
ERONDI SILVERIO  
EURICO ROSAS  
FABIANO BRAGA CORTES  
FUAD NACLI  
IGO LOSSO  
IVO TOMAZONI  
JOÃO MANSUR  
JORGE SATO  
LUIZ CRUZ  
LUIZ MALUCELLI  
NELSON BUFFARA  
OLAVO FERREIRA  
OLIVIR GABARDO  
OVIDIO FRANZONI  
PAULO CAMARGO  
PAULO POLI  
PINTO DIAS  
ROBERTO GALVANI  
ROBERTO WYPYCH  
SEME SCAFF  
SILVIO BARROS  
TULIO VARGAS  
WILSON FORTES

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olivio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Maluelli — Túlio Vargas

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros

Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)

ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Maluelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sexta-feiras

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE — Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeira de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Maluelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonesse

Reuniões: Segundas-feiras

##### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Maluelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

**DECRETOS LEGISLATIVOS:**

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 367-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4156 de 24 de junho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de **MARIA ELIZABETE POLI**, ocupante do cargo de nível PL "23", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1967, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 368-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3953 de 16 de junho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição, a **LUIZ FERNANDO GOTTARDI**, ocupante do cargo de nível PL "19", da carreira de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 2 de maio de 1970, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 369-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4054 de 17 de junho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Paulo Camargo, o funcionário **JORGE KUDRI**, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 370-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4232 de 25 de junho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a **ROSA FERNANDES**, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal, de cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, a partir de 3 de julho de 1970, data em que completou cinco (05) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 371-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4661 de 8 de julho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

colocar à disposição do Poder Executivo, o funcionário **GILBERTO BITTEN-COURT PONTOURA**, ocupante do cargo de nível PL "23", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 372-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1715 de 8 de abril de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

colocar à disposição do Poder Executivo, para prestar serviços na Casa Civil da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, o funcionário **JOSIAS MARQUES**, ocupante do cargo isolado de Secretário de Comissão, da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 373-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica incluído no Art. 4.º, do Decreto Legislativo n.º 409-67 de 31 de julho de 1967, o inciso VIII, com a seguinte redação:

"VIII — No Gabinete da Diretoria do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal:

- a) um (01) Contador Geral
- b) dois (02) Tesoureiros Auxiliares"

Art. 2.º — Ficam incluídos no Art. 1.º do Decreto Legislativo n.º 410-67, de 31 de julho de 1967, as seguintes gratificações de representação:

Contador Geral ..... Cr\$ 300,00  
Tesoureiro Auxiliar ..... Cr\$ 150,00

Art. 3.º — As despesas com a execução deste decreto correrão a conta da dotação própria do Orçamento do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 374-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

atribuir de acordo com o Decreto Legislativo n.º 373-70 de 28 de julho de 1970, gratificação de representação, a partir do mês de julho do corrente ano, aos seguintes funcionários ocupantes dos cargos especificados:

**Aimore Od Rocha** — Contador Geral  
**Carlos Douglas Bukowski** — Tesoureiro Auxiliar  
**Luiz Antonio Caron** — Tesoureiro Auxiliar  
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 375-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4212 de 24 de junho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4.979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de **HUMBERTO GRAÇA NETO**, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano de 1965, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 376-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4667 de 8 de julho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

atribuir gratificação de Função correspondente ao símbolo F-2, a partir de 11 de maio de 1970, à funcionária **CARMEM APARECIDA FREGONEZE**, por estar exercendo as funções de Secretário de Comissão de Polícia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 377-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4079 de 18 de junho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a **ELCY SILVA BATISTA**, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, da Secretaria de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 21 de setembro de 1969, data em que completou quinze (15) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 378-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3356 de 29 de maio de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a **SEVERO OLÍMPIO SOTTO-MAIOR**, ocupante do cargo de nível PL "20", da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, a partir de 16 de junho de 1970, data em que completou cinco (5) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 379-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4419 de 1.º de julho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a **MILTON MADER DE BITTENCOURT**, ocupante do cargo de nível PL "29", da carreira de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria, desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez (10%) por cento, a partir de 14 de abril de 1968, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de julho de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 380-70**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,



no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4463 de 1.º de julho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4970, de 7 de dezembro de 1964, em favor de JOANA DE BIASIO DA CUNHA, ocupante do cargo de nível "5", da carreira de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de julho de 1970.

a) Francisco Escorsin — Presidente

a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário

a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

## 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 110.ª Sessão Ordinária Realizada em 29 de Julho de 1970 — (Quarta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputado Gabriel Manoel e Emílio Carazzai.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Bellich, Leopoldo Jacomet, Arnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fund Nacil, Igo Losso, Ivo Tomazoni João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gaudard, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas, Wilson Fortes (37); achando-se ausente o sr. deputado Pinto Dias (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**OFÍCIOS:**

Sob o n.º 785-70, do senhor eng. IVO ARZUA PEREIRA, diretor presidente da Companhia de Telecomunicações, em atenção ao requerimento do senhor deputado JOSÉ ALENCAR FURTADO. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 871-70, do senhor NELSON LUIZ FANAYA, secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, devolvendo devidamente informado, requerimento subscrito pelo senhor deputado ANTONIO LOPES JÚNIOR. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor JOÃO RIBEIRO JÚNIOR, diretor do Instituto Brasileiro do Café, no qual presta informações em atenção ao requerimento do senhor deputado SILVIO BARROS. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 90-70, do senhor Governador do Estado, no qual acusa recebido cópia de requerimento subscrito pelo senhor deputado JOSÉ ALENCAR FURTADO e comunica que o mesmo foi encaminhado ao órgão competente para os devidos fins. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 91-70, do senhor Governador do Estado, acusando recebimento de requerimento subscrito pelo senhor deputado SILVIO BARROS e comunicando que o mesmo foi encaminhado ao órgão competente para os devidos fins. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor DENY BINDO, presidente da União dos Portuários de Paranaguá, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria daquela entidade. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 62-70, do senhor BENEDITO ROGATTI, presidente da Câmara Municipal de Nova América da Colina, comunicando que o senhor "MITIO MIYAKAMI assumiu o cargo de vereador e 2.º Secretário em virtude da renúncia do titular Senhor CIPRIANO RODRIGUES SANCHES. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

**REQUERIMENTOS:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Napoleão da Silva Reis, residente em Ibatí, fazendeiro e político de projeção naquela localidade e progenitor do sr. José da Silva Reis, ex-prefeito daquela cidade.

O extinto era pessoa boníssima e muito estimado, deixando grande círculo de amizades naquela cidade onde residiu por muitos anos.

Da decisão do Plenário, requer ainda, seja dado conhecimento à família enlutada, por intermédio do sr. José da Silva Reis, residente em Ibatí.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1970.

(a) Gabriel Manoel

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, licença, em prorrogação, até o dia 30 de setembro do corrente ano, sem subsídios.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970.

(a) Mattos Leão

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, Regime de Urgência para os Projetos de Lei nú-

meros 36-70, 37-70 e 108-70, bem como, para a Proposição número 11-70, que trata do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através do DER, e a Rede Ferroviária Federal S.A.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao exmo. sr. Ministro do Interior, prof. Alfredo Buzaid, solicitando a liberação do Fundo de Participação e do Fundo Rodoviário para os Municípios recém-instalados e em plena atividade administrativa neste Estado.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1970.

(a) Arnaldo Busato

**PROJETO DE LEI:****PROJETO DE LEI N.º 167-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Astorga, Munhoz de Mello, Santa Fé e Lobato, numa extensão de 50 (cincoenta) quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1970.

(a) Abraão Miguel

**JUSTIFICATIVA:**

A medida proposta se impõe, tendo em vista a importância econômica da referida rodovia para aquela região e, ainda, a inexistência de recursos financeiros daqueles municípios, para mantê-la em boas condições de tráfego, a fim de possibilitar o escoamento de sua produção agrícola.

Nestas condições, submetemos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres pares, esperando se lhe dê acatamento.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Roberto Wypych, primeiro orador inscrito.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Senhor Presidente, srs. Deputados:

Por várias vezes assumamos à tribuna desta Assembleia Legislativa. Algumas para enaltecer aqueles que para grandeza deste Estado têm trazido ao povo o fruto do seu trabalho; outras para defender o interesse deste mesmo povo que nem sempre sabe se defender; sempre, porém, sr. Presidente e sr. Deputados, para falar em meu nome — do povo — que temos a elevada honra de representar nesta Casa de Leis.

E hoje, mais uma vez, sr. Presidente, aqui estamos para levantar a nossa voz, do oeste do Paraná, em defesa da nossa sinocultura.

Pretendemos, srs. Deputados, chamar a atenção de sua Excelência o sr. Presidente da República, o ilustre General Emílio Garrastazu Médici, para o grave problema com que se debate o criador de suínos em nosso Estado, e também fazer um apelo ao sr. Ministro da Agricultura e ao sr. Ministro da Fazenda para que encontrem a solução do grave problema.

E temos certeza de que o nosso brado haverá de encontrar eco junto a essas autoridades, mesmo porque a nossa confiança, a confiança do homem do campo, foi reforçada no instante em que assumiu a Presidência da República o ilustre brasileiro General Médici e que passou para a história como o Presidente da Agricultura no momento em que S. Exa., já em seu discurso de posse, declarou com a maior ênfase: "Homem do campo, ouço o homem do campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, porque assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação".

O Brasil, sr. Presidente, possui atualmente um dos maiores rebanhos porcos do mundo, com 60 milhões de cabeças. E suplantado apenas pela República Popular da China, com 180 milhões de suínos e pela União Soviética com 70 milhões.

"Graças às várias tributações — uma na operação de venda do produtor à indústria; outra da indústria ao varejista e outra ainda do varejista ao consumidor — o suíno carrega para os cofres públicos no Brasil — em diferentes Estados, a cifra mínima de Cr\$ 200.000.00 anuais, o que bem caracteriza a extraordinária significação do suíno na economia brasileira.

Os levantamentos procedidos no Brasil, relacionados com a alimentação de seu povo, têm evidenciado que a dieta do brasileiro é rica sem ser suficiente em hidratos de carbono e muito carente em proteínas. Quanto às proteínas de origem animal, há enorme deficiência e, não obstante as notáveis possibilidades oferecidas pelos rebanhos suínos, bovino e pelas aves e peixes, o povo consome uma cifra altamente deficitária desse nutriente indispensável. Nos casos extremos, o atendimento proteico não alcança a 25% das necessidades.

Dados coligidos pela FAO mostram a posição do Brasil em relação ao consumo de proteína animal, revelando que o brasileiro consome apenas 27,57 kg. de carne por pessoa/ano, quando devia consumir acima de 60kg. Para que se tenha uma idéia dessa deficiência, basta dizer que enquanto o povo brasileiro consome em média 27,57 kg. de carne por pessoa/ano, os Estados Unidos consomem 86,28 kg. de carne por pessoa/ano; o Uruguai consome 103,30 e a Argentina 118,60 kg. por pessoa/ano.

E convém lembrar, sr. Presidente e srs. Deputados, que esses são números médios, obtidos pela divisão do consumo total de proteínas de origem animal pela população. Considerando-se que os grandes centros populacionais apresentam um consumo na ordem de 50 kg. de carne por pessoa/ano, pode-se inferir a gravidade do "deficit" proteico das populações interiores e nas cidades de menor poder aquisitivo. Nos demais países enunciados, há uma correlação entre o consumo de proteína animal e o poder aquisitivo da população. Não são os povos dos países de maiores rebanhos que consomem maiores quantidades de proteína animal e sim aqueles de maior poder aquisitivo.

Diante do exposto, conclui-se que produzir carne é uma boa negócio e produzir carne no Brasil é, além de uma atividade economicamente recomendável, uma iniciativa socialmente imperiosa. E nessa conjuntura o suíno ocupa um lugar de destaque porque é capaz de transformar em carne — principal alimento humano — resíduos e alimentos que seriam inaproveitáveis e que passam a ser úteis na dieta humana, depois de transformados pelos suínos.

Por outro lado, face à tradição arraigada, os alimentos da cozinha nacional são preparados principalmente na gordura animal, com melhor preferência para a banha — a gordura suína — por ser está de melhor aroma e paladar do que as demais. Como consequência desse hábito, a indústria oferece ao consumo, anualmente 289.000 toneladas de gordura suína, sendo 82.000 toneladas sob a forma de banha e 207.000 toneladas de toucinho. As outras gorduras concorrem com 8.500 toneladas e os óleos vegetais, exceto os de côco, com 202.000 toneladas.

Como se vê, quer através da carne, quer da gordura, o suíno representa importante papel na dieta do brasileiro.

As estatísticas informam que o rebanho suíno brasileiro tem 20 milhões de cabeças.

A distribuição geográfica revela, sr. Presidente e srs. Deputados, que o Paraná desfruta hoje o privilégio de ser um dos melhores Estados criadores de suínos do Brasil.

Seu rebanho, de mais de 8,2 milhões de cabeças é o primeiro do País mesmo porque Minas Gerais já não dispõe, como acentuam vários especialistas, do rebanho que o colocava na vanguarda da produção suína do Brasil.

E o Oeste do Paraná, sr. Presidente concorre com 60% dessa produção. Em Marechal Cândido Rondon, Toledo, Palotina, Santa Helena, São Miguel do Iguçu, Matelandia, Medianeira, Capanema, Santo Antônio e zona de Cascavel, a produção de raças especializadas na produção de carne se faz de modo intensivo, acreditando até acharem-se ali os melhores plantéis do Brasil.

O suíno desempenha ali papel de relevo na economia de cada município. Tem sido no Oeste do Paraná um fator de estabilidade econômica para a lavoura de penetração, que começa com o milho, logo transformado em carne e gordura suína e, sob essa forma, viaja centenas de quilômetros como mercadoria de maior valor comportando, por isso, frete mais elevado.

Mas, sr. Presidente e srs. Deputados, infelizmente a situação qualitativa do rebanho porcino brasileiro contrasta com a sua importância numérica. Se em volume o Brasil ocupa o terceiro posto no mundo, em qualidade está não entre os países mais atrasados, mas muito distante dos mais evoluídos zootecnicamente. Poder-se expressar essa distância mencionando os destrútes, isto é, o número de suínos abatidos num ano relacionado com o rebanho.

Para que se tenha uma idéia da distância que existe entre o destrúte brasileiro e dos países de suinocultura mais avançada basta citar que:

Na Polônia o destrúte é de .....	105,0%
Na Iugoslávia é de .....	106,0%
Na França é de .....	106,0%
Na Nova Zelândia é de .....	120,0%
Na Alemanha Ocidental .....	135,0%
Na Dinamarca .....	142,0%
Nos EE. UU. ....	146,0%
No Canadá .....	152,0%
Na Irlanda .....	155,0%
Na Austrália .....	164,0%
Na Bélgica .....	166,0%
Na Holanda .....	172,0%
No Reino Unido .....	182,0%
E no BRASIL é de .....	15,0%

(Fontes: Brasil IBGE, 1965 — Outros países, FAO)

O destrúte brasileiro foi calculado com dados do IBGE, que são otimistas em relação ao rebanho e insuficientes em relação ao abate, porque só registram as matanças controladas oficialmente. De qualquer forma, porém, o destrúte brasileiro está muito aquém dos países mais adiantados zootecnicamente.

A avaliação qualitativa do rebanho suíno nacional feita no 1.º Seminário Nacional de Porco-Carne, em novembro de 1965, revelou o seguintes dados: (muito tristes).

Destrúte .....	15%
Rendimento de carcaça .....	81,5%
N.º de partos por porca/ano .....	inferior a 1
N.º de leitões nascidos/parto .....	4 a 5
N.º de leitões desmamados/porca .....	3
Mortalidade do nascimento ao abate .....	30 — 35%
Perda do potencial da reprodução (desde o acasalamento até o abate) .....	60%
Peso de abate .....	80 — 90%
Idade de abate .....	18 — 24 meses
Conversão alimentar .....	1:10

(Fontes 1.º Seminário Nacional de Porco-Carne, Estréla, RS., nov. 1965; IBGE 1965).

A principal causa por que o nível qualitativo do rebanho nacional está baixo é o mercado. As condições de comercialização do suíno são muito precárias. O preço é flutuante e, por vezes, desanimador.

“Nos últimos anos, sr. Presidente, os preços do porco não acompanharam os de outros produtos e em muitas ocasiões sofreram quedas bruscas e violentas.

Enquanto os produtos elaborados da carne suína (mortandela, linguiça, presunto etc.), sofrem constantes altas, constatamos, que o preço do porco vivo, nos últimos anos, ou manteve-se estável ou baixou consideravelmente, isto sem contar com os preços dos artigos de uso indispensáveis ao criador que subiram de quatro anos para cá em média de 250%.

A gasolina subiu .....	261%
O óleo Diesel em .....	225%
A creolina em .....	400%
O sal comum em .....	276%
As vacinas em .....	300%
Um trator subiu em .....	150%

Em 1965, após ligeira reação, as cotações atingiram Cr\$ 0,60 para o quilo de porco vivo. No ano anterior tinham ficado ao nível de Cr\$ 0,42, em contraste com o preço de Cr\$ 0,80 pago em 1963.

Em 1966, os preços voltaram a cair para Cr\$ 0,54, sem se recuperarem substancialmente nos anos seguintes. Estiveram em torno de Cr\$ 0,72 em 1967 e em 1968 alcançaram Cr\$ 0,82, praticamente iguais aos verificados seis (6) anos antes.

A par dos baixos níveis de preços, más condições climáticas, em 1967, reduziram drasticamente as colheitas de milho e de soja — essenciais no arraçoamento dos animais —, agravando a situação e dificultando ainda mais a

manutenção da suinocultura em bases econômicas.

Em junho de 1969 as cotações melhoraram aparentemente: o quilo de peso vivo valia cerca de Cr\$ 1,05 — e a corrida para o porco recomeçou.

No princípio deste ano o preço elevou-se a Cr\$ 1,60 e hoje baixou para Cr\$ 0,90 por quilo de porco vivo, praticamente o mesmo de 1963.

A criação de suínos, sr. Presidente, vem sendo afetada por crises, das quais os suinocultores não têm condições de se livrar.”

O Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, através de um ofício que nos enviou, diz o seguinte:

“Até o presente, levamos ao conhecimento do ilustre Deputado uma situação calamitosa, que se repete anualmente na suinocultura de nosso Município, trazendo um entrave sem precedentes na economia da região.

Provavelmente é do conhecimento do ilustre Deputado que, em 1967 de 30 de outubro de 1969, o Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon entrou, às autoridades governamentais, um abaixo-assinado contendo 1.143 assinaturas de suinocultores deste Município, solicitando reivindicações para a suinocultura, que este ano passou por uma das maiores crises de que se tem notícia. Foram enviados os abaixo-assinados para o sr. Ministro da Agricultura, sr. Presidente da FAEP e para o sr. Governador do Estado do Paraná, para um melhor esclarecimento anexamos uma cópia do ofício remetido ao Excelentíssimo sr. Governador do Estado, bem como um cálculo hipotético, demonstrativo do custo de produção do suíno, no qual o ilustre Deputado notará que o custo é de Cr\$ 1,27 o quilo de peso vivo e, naquela mesma época, os frigoríficos estavam pagando Cr\$ 1,00 o kg. advindo ali um prejuízo sem precedentes.

Queremos alertar que o movimento não foi no sentido de um melhor preço durante a entre-safra, pois nesta época o suíno normalmente sobe de preço, porém o movimento é no sentido de que no ano que vem durante a safra não ocorra o que está ocorrendo há anos.

Como até o presente momento o caso não foi solucionado e não passou de notícia de jornal e rádio, queremos solicitar o empenho do ilustre Deputado, para que intervenha junto às autoridades constituídas, para que desta forma fique solucionada esta situação caótica, atendendo os verdadeiros anseios do nosso produtor.”

A cópia do ofício que foi enviado ao sr. Governador pelo Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, diz o seguinte: (1.º)

“Sr. Governador, o Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, através de sua Diretoria, vem muito respeitosamente levar ao conhecimento de Vossa Excelência, uma situação não muito agradável e que aflige a totalidade da população de Marechal Cândido Rondon.

Como nosso Sindicato representa uma das classes mais laboriosas, que é o nosso agricultor, considerando ainda os “Estatuto do Trabalhador Rural”, que orienta o bom funcionamento desta entidade, vimos-nos na intransigência de dar apoio ao sindicalizado, que ora encontra-se em uma situação difícil.

Como bem sabe Vossa Excelência, nosso Município tem por base econômica a pecuária, em especial a suinocultura, que representa 80% da nossa produção agropecuária. Porém, nossa economia sente-se traída e o que era esteio da boa condição financeira do suinocultor, passou a ser a causa e a limitação do já baixo poder aquisitivo da população rural da região.

Esta crise na economia da suinocultura vem-se repetindo anualmente, este ano porém com maior intensidade, advindo a consequente descapitalização e empobrecimento do criador, levando-o ao completo desestímulo por esta atividade criatória, determinando um possível êxodo rural.

Pois como é do conhecimento de Vossa Excelência, já vários fatores determinam esta situação caótica, senão vejamos alguns deles:

1 — Baixo preço atual do suíno, que é especulado pelos compradores de suínos, seguindo à risca as determinações emanadas dos grupos econômicos dos grandes centros, haja visto, oscilações no preço do suíno de 20% de um dia para outro.

2 — Altas sucessivas nos artigos que entram na produção do suíno, como rações balanceadas, vacinas, desinfetantes, produtos veterinários, instalações e equipamentos.

3 — O milho é o principal ingrediente das rações para suínos, sofreu várias altas e até mesmo escassez no mercado interno, face às exportações intensivas, isto refletiu-se da mesma forma na avicultura.

4 — O produtor esmera-se para produzir o suíno tecnicamente, para colocar o suíno em 6 meses no mercado com 100 kg, de peso vivo no mínimo, enfrentando após um mercado instável, cheio de obstáculos e, ele não é comerciante, sofrendo aí as consequências.

5 — Há falta de valorização do suíno criado tecnicamente, que é comparado na venda com suíno tipo banha de 10 a 12 meses de idade, com o mesmo peso do tipo carne e que fornece carne de baixa qualidade e excessiva gordura, produto desvalorizado internacionalmente com o advento dos óleos vegetais que são de melhor palatabilidade. Há certos frigoríficos mais evoluídos fazendo esta distinção, tipificando as carcaças e dando um preço mais compensador, e que deveria ser imitado pelas demais indústrias da carne, ou através de uma imposição.

6 — Tributação excessiva sobre os insumos que entram na produção suína, que após a sua transformação em carne suína são novamente tributadas.

7 — Não há conscientização do suinocultor em torno de certos problemas que ele mesmo poderia resolver, através de uma união ou cooperação mútua, que poderia ser orientada por órgãos competentes.

— E assim, existem outros fatores de menor importância que podem ser arrolados para desencadear a crise que ora sentimos.

Para um melhor esclarecimento do que afirmamos acima, anexamos junto a este um cálculo hipotético de quanto custa o suíno para o produtor, sem levar em consideração lucro, impostos, transporte e imprevistos na criação. Leva-se em conta o capital investido que juntamente com o aspecto fundiário da região (propriedades médias de 23,4 ha. 7.100 propriedades rurais no município em produção) podem juntamente ser considerados como impelçãs para uma diversificação de atividades nestas condições, que possibilitem rendimento econômico.

Somos sabedores das boas intenções de sua administração, tão sabiamente dirigida por V. Exa., e esperamos que a situação seja estudada com carinho, pois sem dúvida providências acertadas serão tomadas para uma solução permanente, contornando a “Lei da Oferta e Procura”, principalmente na safra.

Não sabemos se a apresentação do problema foi correta, porém tivemos que levar a situação à tona, visto a intransigência de nossos associados, o que poderia ser constatado pelo abaixo-assinado que ora anexamos ao presente, bem como o apoio das autoridades municipais em torno do assunto.

Na expectativa de breves resoluções sobre a questão acima relatada, queremos aqui reafirmar nossos protestos com especial deferência.

Respeitosas saudações. — Almirio Bauermann, Presidente.”



Vejam, sr. Presidente e srs. Deputados, a gravidade da situação por causa da instabilidade de preços, será difícil consolidar uma das principais atividades criatórias do nosso Estado, na qual o próprio Governo, a nosso ver, deverá procurar assentar bases para seu programa de desenvolvimento pecuário.

Vários criadores de suínos em particular da região Oeste do nosso Estado, vêm empregando reprodutores de alta qualidade de raças selecionadas para carne, como a duro-jersey, à landrace e outras. Os frigoríficos da região estimulam as granjas para prepararem suínos em escala estritamente industrial. Procura-se entregar ao abate, suínos com cerca de 100 kg. de peso vivo, tipo carne, convertendo o alimento na base de 3,5 para 1, e adoção de manejo racional que permita entre os criadores mais adiantados, destruíre de 80%. Definido-se o uso constante de raças balanceadas e cuidadosas medidas de manejo e higiene dos animais.

Mas entre os óbices mais importantes à racionalização, devemos apontar a falta de assistência técnica especializada, tanto no campo da higiene e veterinária, como no zootécnico. Existem mesmo muito poucos cientistas e técnicos de campo que estejam bem familiarizados com os problemas da suinocultura, para ajudarem a resolver os problemas dos criadores ou assistirem de maneira proveitosa.

A assistência veterinária é proporcionada pelos Frigoríficos de Marechal Rondon e Medianeira, pelas firmas vendedoras de repêgios e de raças balanceadas, cujos veterinários visitam as criações, a pedido. Algumas destas organizações possuem zootecnistas que se interessam pelo assunto, porém não se pode dizer que este fato constitua quase uma exceção.

A divulgação dos métodos racionais de criação, quer nos jornais diários, revistas, rádio, cinema, televisão e sobretudo pelos órgãos oficiais, é bastante escassa.

Todas essas deficiências podem ser sanadas através da orientação técnica que a Acaarp vem proporcionando aos suinocultores da região, os quais geralmente se mostram bastante receptivos à adoção de novas práticas, ministradas pelos seus extensionistas.

A incerteza econômica, entretanto, levanta sérios obstáculos à elevação do nível da exploração.

Em face do problema, técnicos têm apontado medidas no âmbito da produção que poderiam melhorar a situação da suinocultura paranaense. A redução dos custos de produção seria a meta.

A questão da comercialização, entretanto, é a mais grave. Tanto que técnicos e criadores têm sugerido providências para estabilizar a produção.

Uma delas, sr. Presidente, diz respeito à necessidade de se estabelecer preço mínimo para o porco, nas seguintes bases: para o tipo carne o equivalente a oito a dez vezes o preço mínimo do milho, fixado anualmente pelo governo federal; para os demais suínos o correspondente a sete a oito vezes.

Seria muito mais fácil, para o suinocultor, planejar a criação de suínos e fazer um programa de produção se conhecesse de antemão o preço mínimo anual que a carne iria ter no momento de sua venda.

O sr. Eurico Rosas — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estamos aprendendo bastante sobre a suinocultura que se desenvolve aqui no Estado do Paraná, através da brilhante exposição que V. Exa. está fazendo nesta Casa, como acompanhando também, embora não conhecendo profundamente o assunto, o desenvolvimento da suinocultura do Estado do Paraná, porque a cidade que represento nesta Casa reúne inúmeros comerciantes inúmeras firmas e também grandes frigoríficos que servem essa produção de suínos do Estado do Paraná, e nós temos chegado a uma conclusão de que o Governo do Estado do Paraná não tem até o momento dado a devida atenção a esse problema e este memorial da Cooperativa de Suinocultores que V. Exa. acaba de ler da tribuna, o Sindicato de Marechal Cândido Rondon, quase que timidamente anuncia os preços que afligem o suinocultor, o que nós podemos ter alcançado por obrigação, o fato é que o suinocultor, constituindo o pequeno proprietário de área agrícola, embora represente um grande número, não tem uma voz isolada que se faça sentir no campo administrativo do Estado e, desta maneira, o suinocultor deixa de ser assistido, o que não acontece com o caso do café, do algodão e outros produtos, em que o grande produtor, isolado, se faz presente nos grandes problemas de interesse da classe e o suinocultor está marginalizado. Tenho observado na cidade de Ponta Grossa, através do pósto fiscal, onde passa esta produção de suínos desta região a que V. Exa. se refere, estes produtores, ao transportar o pósto fiscal, antes mesmo da venda, têm que pagar o imposto. Tudo isto causa estas dificuldades para fazer seu aproveitamento. Desta maneira o suinocultor hoje em dia continua nesta atividade porque é também lavrador. Aproveita o produto colhido em sua lavoura para a criação do suíno. Daí por que esta atividade não tem alcançado um progresso maior em nosso Estado. V. Exa. aborda acertadamente este assunto e queremos, nesta oportunidade, nos solidarizarmos com V. Exa. e dirigir nossos parabéns pela brilhante exposição que está fazendo neste instante.

O sr. ROBERTO WYPYCH — Agradeço, caro deputado Eurico Batista Rosas, pela colaboração valiosa que o seu aparte vem trazer ao modesto pronunciamento que fazemos desta tribuna. As suas palavras haverão, por certo, de valorizar este trabalho que pretendemos seja encaminhado ao Governo da República para que providências cabíveis sejam tomadas.

Mas, como dizia, sr. Presidente, a intenção não é conferir aos suinocultores preços elevados, e sim preços remuneradores, indispensáveis para que o empresário rural, o pequeno lavrador, o sítio, possa reconduzir seus negócios de sorte a garantir o progresso econômico, social, a educação de seus filhos e a elevação do padrão de vida dos trabalhadores que com eles labutam.

Toda meta de política rural deve consistir em melhorar a vida do homem na terra. Bem estar eis o alvo. Na medida em que o homem se sinta bem no campo, aí ele se fixa. Mas como senhor do seu destino, como um optante pelo trabalho na gleba, não como um servo, um condenado, um que não tenha outra escolha.

Outra exigência dos técnicos e criadores, sr. Presidente, é a implantação de uma tipificação para o porco, o que permitiria premiar produtos de melhor qualidade, estimulando, em consequência, a criação em níveis técnicos mais elevados. Os suínos seriam classificados em seis categorias, conforme projeto-base em poder do Ministério da Agricultura e cuja implantação depende somente do Governo Federal.

**PORCO EXTRA CARNE** — Os animais de até nove meses (caninos apenas apontados), com 65 a 85 kg. de carcaça, com no mínimo 75 cm. de comprimento, espessura máxima de toucinho de 3,5 cm. Índice 100.

**PORCO DE PRIMEIRA** — Os de até onze meses (presentes as pinças temporárias), com 60 a 85 kg. de carcaça, 75 cm. de comprimento, espessura máxima de toucinho de 4 cm. Índice 95.

**PORCO DE SEGUNDA** — Os de até onze meses (presentes as pinças tem-

porárias), com 60 a 85 kg. de carcaça, 75 cm. de comprimento, espessura máxima de toucinho de 4,5 cm. Índice 90.

**PORCO DE TERCEIRA** — Os que têm mais de onze meses (pinças temporárias abaladas ou ausentes), de 60 a 85 kg. de carcaça, com mais de 4,5 cm. de espessura de toucinho. Índice 75.

**CACHAÇOS, PORCÃO E ANIMAIS GORDOS** — Os cachachos são os machos castrados com mais de doze meses (pinças temporárias ausentes), com cicatrizações perfeitas e boa terminação. As porcas são as fêmeas paridas sem prenhez e com boa terminação. Os animais gordos são aqueles com mais de 85 kg. de carcaça. Índice 70.

**REFUGO** — Os animais de apresentação deficiente, mal terminados por carencias alimentares, magros ou contundidos. Índice 50.

O preço mínimo de oito vezes o do milho seria atribuído ao tipo extra (Índice 100). Aos demais tipos se aplicariam os respectivos índices, em relação ao extra.

Sr. Presidente, as perspectivas, sem embargo do que expusemos, são favoráveis. A tendência do Governo Médico de liberar grandes parcelas de carne bovina para a exportação a preços sem tabelamento, ajustará o valor desta carne aos preços internacionais, o que representará uma elevação da ordem de duas a três vezes os níveis atuais. Com isso a carne suína terá maior procura e o mercado estabilizará. Quanto à tipificação, temos conhecimento de que existem providências oficiais reveladoras de que se podem esperar medidas concretas para os próximos anos. Com mercado organizado, isto é, preço pago por qualidade, o melhoramento do rebanho será simples consequência.

As iniciativas pioneiras da década passada estão frutificando.

A suinocultura já possui uma estrutura incipiente, que se fortalecerá à medida que os fatores antes citados forem se consolidando. A inversão expressiva de capitais em empreendimentos nesse campo da pecuária, confirma que se abre uma nova frente para investimentos na produção de proteína animal com uma espécie capaz de produzir duas ou mais leitagens por ano, com 10 leitões em cada uma, sendo que, cada leitão com 6 meses está em condições de abate, com 100 kg. de peso vivo e consumo de 350 kg. de ração.

A carne suína, quando magra, é bastante procurada no mercado internacional. O seu preço varia de acordo com a classificação e seleção do corte, de 500 a 850 dólares por tonelada FOB. O rebanho nacional e em especial o paranaense pode oferecer grandes contingentes à exportação se a qualidade for melhorada. Isso amplia a perspectiva favorável à suinocultura nacional.

Corrigidas as distorções por nós analisadas, atendidos os reclamos dos suinocultores, podemos prever, senhor Presidente e senhores Deputados, para os próximos anos, uma paulatina transformação dos métodos de comercialização e industrialização do suíno, transformação essa que se caracterizaria por uma estrutura firme e que permitiria aos produtores a tranquilidade do mercado certo, aos industriais a disponibilidade de matéria-prima de alta qualidade, e aos investidores, um novo e promissor campo de aplicação de capitais, que é a suinocultura industrial.

Mas, sr. Presidente, queremos aproveitar a oportunidade que se nos oferece para dizer que além do problema por nós traçado anteriormente, há um outro de grande importância para a suinocultura do Oeste do Paraná. Como todos têm conhecimento, a estrada que liga Cascavel-Toledo-Marechal Cândido Rondon-Guaíra, que graças ao Governo Paulo Pimentel e ao Governo do general Médici, eliminará um outro problema que é o do escoamento da produção.

Uma ou duas semanas de chuvas na região de Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo, são suficientes para elevar o preço do suíno em São Paulo. Essa alta, todavia, sr. Presidente, não beneficia o produtor e tão somente os intermediários do produto que se valem dessa circunstância para auferir lucros fabulosos.

Felizmente, temos conhecimentos de que a estrada Cascavel - Toledo - Guaíra, terá seu início dentro dos próximos dias, bastando tão somente levar a bom termo a concorrência que está para ser aberta nos próximos dias, que porcionará a toda região de Marechal Cândido Rondon, Palotina, Guaíra, Toledo, uma estrada, capaz de proporcionar bom escoamento de nossa produção quer nos dias de sol, quer nos dias de chuva.

Queremos também aproveitar a oportunidade para levar ao conhecimento desta Casa o importante trabalho do Frigorífico Pioneiro S. A. que faz um levantamento estatístico da produção agropecuária do Oeste do Paraná, que bem diz da importância de nossa suinocultura. Já com base neste levantamento, chegamos a conclusão de que o Oeste do Paraná possui hoje o maior rebanho de suínos do Brasil e que a produção daquela região é do tipo carne e providências indispensáveis devem ser tomadas, de melhoria zootécnica, de profilaxia, de assistência técnica, dando um maior equilíbrio àquela produção.

Ao encerrar as nossas palavras sr. Presidente, srs. Deputados, queremos encaminhar à Mesa o requerimento por nós subscrito, nos seguintes termos: (Lê):

#### "REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrybe, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja dirigido, por intermédio da Mesa, expediente aos excelentíssimos senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura e da Fazenda, Senadores e Deputados Federais do Paraná, alterando essas autoridades para o grave problema com que se debate o criador de suínos do Oeste do Paraná, anexando cópia do pronunciamento que formulamos hoje da tribuna da Assembleia Legislativa.

Na certeza de que o excelentíssimo senhor Presidente da República, general Emílio Garrastaz Médici, através dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, em boa hora virá dar considerável apoio aos suinocultores o que representará, sem dúvida, uma corporação ao incremento da suinocultura no País, especialmente a do Oeste do Paraná — hoje o maior centro produtor de suínos do País — estabelecendo preços mínimos na comercialização de suíno vivo, e que convidamos o Governo Federal a somar esforços e recursos, aqueles que, isoladamente ou congregados em organizações e entidades, vem de forma que podemos classificar de pioneira lutando há vários anos por uma criação que atenda aos interesses econômicos, tanto do País, como dos suinocultores mas de forma a proporcionar a esses suinocultores através de preços remuneradores, o progresso econômico-social, a educação de seus filhos e a elevação do seu padrão de vida.

Não temos dúvidas — senhor Presidente que, da soma de esforços entre poder público e iniciativa privada, resultará a consolidação dos rumos a seguir da suinocultura brasileira.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1970.

(a) Roberto Wypych

Eram estas, sr. Presidente, as considerações que pretendíamos levar ao conhecimento da Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Eurico Rosas.

O SR. EURICO ROSAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Vimos a tribuna somente para justificar o Projeto de Resolução que apresentarei à consideração desta Casa, e que está redigido da seguinte forma: (Lê)  
(PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8/70)

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Súmula: Estabelece normas para divulgação dos trabalhos legislativos, e dá outras providências.

Art. 1.º — A Comissão Executiva divulgará, diariamente, um sumário dos trabalhos das comissões técnicas e das sessões legislativas.

Parágrafo único — A divulgação dos trabalhos legislativos a que se refere este artigo será feita:

a) em um jornal de circulação comprovada em todo o Estado, que se habilite em concorrência pública anualmente levada a efeito para esse fim;  
b) no Diário Oficial do Estado que circular no dia imediato ao da realização das sessões.

Art. 2.º — A Comissão Executiva regulará a presente Resolução, dentro em trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1.970.

(a) Eurico Rosas.

JUSTIFICATIVA: — Será feita em Plenário.

Sr. Presidente, já nos preocupamos com este assunto em sessões anteriores e apresentamos reivindicações neste sentido, as quais, até agora, não foram aceitas pelas Comissões Executivas da Casa.

Existe a respeito, um projeto que é Lei, já está em vigor, sancionado em 1964, a qual não vem sendo cumprida.

Mas queria aqui somente apresentar uma justificativa porquanto no Estado de São Paulo as sessões são publicadas no Diário Oficial, e são do conhecimento de todo o povo. Assim, todo o povo do Paraná tomará conhecimento dos assuntos abordados nesta Casa, porque se trata de uma divulgação mais ampla dos assuntos Legislativos. Por isso, acreditamos que esse projeto que apresentamos à Mesa, Projeto de Resolução, irá valorizar o Poder Legislativo de nosso Estado. E espero que os meus companheiros votem favoravelmente ao nosso projeto, para que se dê maiores conhecimentos dos assuntos legislativos, ao povo do Paraná. Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Abraão Miguel, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria do sr. deputado Eurico Rosas, lido da Tribuna. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Matos Leão, lido do Expediente solicitando licença, em prorrogação, até 30 de setembro do corrente ano, sem subsídios. — Será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 94-70, autorizando o Poder Executivo a celebrar, com a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, convênio para pavimentar as avenidas de contorno e central da Cidade, na forma que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 94-70

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, por intermédio da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, e a intervenção da Companhia de Cimento Portland Rio Branco, convênio para a realização dos serviços de pavimentação das avenidas de contorno e central da Cidade de Rio Branco do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Agnaldo Pereira Lima — Relator  
Fabiano Braga Côrtes

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149-69, de autoria do dep. Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Nova Olímpia, um estabelecimento de Ensino de Grau Médio, de Primeiro Ciclo para funcionar a partir do ano letivo de 1.970. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213-69, de autoria do dep. Luiz Maucelli, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, as estradas que servem a "COLÔNIA WYTMARSBURG", ligando a BR-277 e a Rodovia do Café. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-69, de autoria do dep. Fuzal Nacil, que cria uma Escola Normal Secundária, na sede do Município de Leopoldina, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado pelo Substitutivo artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133-70, Mensagem Governamental n.º 20-70, que dispõe sobre a criação de 10 (dez) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada e da outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. (com exclusão do art. 6.º, transformado em outro Projeto de Lei). — Parecer favorável da C.F. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça, através seu relator, na alínea "A" do seu parecer, diz o seguinte: — "Os membros do Corpo Especial da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas terão os benefícios constantes do art. 1.º e 5.º do Projeto de Lei n.º 133-70".

Então, eu consultaria à Mesa, sr. Presidente, se já determinou a atuação

do art. 6.º da Mensagem Governamental, como projeto em separado, a fim de que a Casa possa tranquilamente votar a Mensagem que dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Tribunal de Alçada.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa recebe a Questão de Ordem de V. Exa., e responde:

O Projeto recebeu um parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com uma emenda, excluindo o artigo 6.º e transformando-o em novo Projeto. Dependendo da discussão e votação do Plenário, o projeto poderá ser transformado em projeto isolado, dependendo do Plenário.

O SR. ERONDY SILVERIO — Parece que não coloquei bem em termos, V. Exa. não apreendeu bem a minha Questão de Ordem.

Acho que depende da decisão do Plenário, que o parecer aprovado da Comissão de Constituição e Justiça, de ofício, determinou a atuação do artigo 6.º, como projeto separado; então requiero à Mesa que, ouvido o Plenário, determine a atuação como projeto em separado do artigo 6.º, sendo portanto excluído da Mensagem que está sendo apreciada pela Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Lendo o artigo 60.º, parágrafo 11 do Regimento Interno).

Art. 60. — O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de 10 dias para apresentação de seu parecer escrito

§ 11. Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões dividi-las para constituírem projetos separados.

O SR. ERONDY SILVERIO — Agradeço a V. Exa., era isto mesmo que eu queria ouvir da Presidência.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29-70, de autoria do dep. David Federmann, criando uma Circunscrição de Trânsito no Município de Telmaco Borba, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 29-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito na sede da Comarca de Telmaco Borba, com jurisdição nos seguintes municípios:

— ARAPOTI  
— IBAITI  
— TIBAGI  
— RESERVA  
— ORTIGUEIRA  
— CURITIBA  
— SAPOPEMA  
— JAGUARIAIVA

Art. 2.º — O Poder Executivo, baixará instrução regulamentando a presente Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.970.

(a) David Federmann

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 29-70

Com o presente projeto, pretende o Sr. deputado David Federmann, que se crie uma circunscrição de trânsito no Município de Telmaco Borba.

Todos os Municípios que ficariam sob a jurisdição dessa circunscrição realmente se situam ao lado do município sede.

Com isso, procura-se deslocar o órgão público para mais perto daqueles que o procuram e necessitam. Medida acertada, inclusive, porque facilita a vida de muita gente.

Não há maiores despesas para o Estado e nem mesmo se cuida da criação de cargos, o que dá a entender, que o Trânsito, com os seus próprios meios e pessoal atenderia a novel circunscrição.

Por tanto, parecer favorável.

Sala das Reuniões, em 5 de maio de 1.970.

(aa) Emílio Carrazzi — Presidente  
Armando Queiroz de Moraes — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 29-70

I — Objetiva o presente projeto de lei, criar na comarca de Telmaco Borba, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos seguintes Municípios: Arapoti, Ibaity, Tibagi, Reserva, Ortigueira, Curitiba, Sapopema e Jaguariaiva.

II — Não padece dúvidas que o plano de lei é de grande valia aos moradores dos citados Municípios, os quais terão facilidades em resolver seus assuntos de competência do Serviço de Trânsito — DETRAN.

III — Nestas condições, e como o mesmo não fere dispositivos de ordem financeira, opinamos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de Maio de 1.970

(aa) Roberto Galvani — Presidente  
Ovídio Franzoni — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 29-70

Considerando a relevância da matéria de que trata o presente plano de lei, cujo fim precioso é a criação de uma circunscrição de trânsito no Município de Telmaco Borba, com jurisdição nos municípios que especifica, somos pela aprovação do Projeto n.º 29-70.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1.970.

(aa) João Mansur — Presidente  
Pinto Dias — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, declarando de Utilidade Pública a Associação de Ensino e Assistência Social, da Comunidade Evangélica Luterana da Paz, de Mandaguari. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 15-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Ensino e Assistência Social, da Comunidade Evangélica Luterana da Paz de Mandaguari, com sede e fóro na cidade do mesmo nome.



Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 1970.

(R) Têllo Vargas

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n. 15-70

1. O projeto ora sob análise desta Comissão, de autoria do nobre deputado Têllo Vargas, declara de utilidade pública a Associação de Ensino e Assistência Social, da Comunidade Evangélica Luterana da Paz de Mandaguari.

2. Segundo a justificativa do parlamentar e os estatutos anexos ao projeto, referida Associação tem como objetivo a administração da Escola da Paz de Mandaguari, prestando assistência caritativa espiritual gratuita e outros prazeres de grande alcance social.

3. Nada a opor no aspecto legal. O nosso parecer é pela aprovação, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1970.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Alencar Furtado — Relator

A Presidência anuncia a presença neste Plenário, do exmo. sr. Mala Neto, digníssimo Deputado Federal, o que muito honra esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, solicitando seja oficiado ao sr. Ministro do Interior — Aprovado.

Requerimento de autoria, do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei ns. 36-70, 37-70 e 108-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado, por intermédio da Mesa, expediente aos excelentíssimos srs. Presidente da República, Ministros da Agricultura e da Fazenda, Senadores e Deputados Federais do Paraná, alertando essas autoridades para o grave problema com que se debate o criador de suínos do Oeste do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Napoleão da Silva Reis. — Aprovado.

Esta Presidência também tem a honra de comunicar a presença, no Plenário, da família ilustre do digníssimo deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, estou inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado, para explanação pessoal.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Finalmente hoje, em Palácio, assistimos a assinatura de um convênio que cria o Instituto Agronômico do Norte do Paraná, com sede na cidade de Londrina. Sr. Presidente, este ato teve a participação do Governador do Estado, assim como do presidente do Instituto Brasileiro do Café, em exercício, dr. João Ribeiro Jr., substituindo o Presidente efetivo, que se encontra no exterior a serviço daquela autarquia. Em nome de Londrina e do Norte do Estado do Paraná, falou o Bispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, que agradeceu ao Instituto Brasileiro do Café, o Ministério da Indústria e Comércio ao Ministério da Agricultura, ao Presidente Médico e ao Governador do Estado, a criação desse Instituto, que, a partir desse instante, iria trazer para o Paraná uma nova fase da agricultura.

Sai o Paraná daquela fase empírica para a fase tecnológica para a fase de experiência, onde a agricultura, que já se impõe em todo nosso Estado, deverá agora se impor muito mais através da técnica.

S. Presidente, não poderíamos deixar de registrar aqui o grande esforço dispendido pela Associação Rural do Norte do Paraná, que através de gestões das diversas autoridades estaduais e federais, conseguiu que o Paraná tivesse o seu Instituto Agronômico. Barreiras quase que intransponíveis foram vencidas, a fim de que o Paraná tivesse o seu Instituto Agronômico. Fatores de ordem econômica, fatores de ordem política, fatores de ordem regional, mas felizmente, podemos verificar que o Paraná todo se uniu, a fim de que não ficasse somente no Estado de São Paulo, mas que viesse também para o nosso Estado este Instituto que muito irá representar para uma agricultura planejada e técnica do futuro de nosso Estado.

Por tanto, no momento em que este convênio foi assinado, queremos levar nossa palavra de gratidão ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, ao Ministro da Indústria e Comércio, que quando de sua visita à inauguração da Exposição Agro-Pecuária de Londrina, prometeu e cumpriu, que estaria ao lado do Paraná para que este Instituto fosse criado.

Queremos também agradecer ao Governo do Estado que teve a sua parcela de contribuição para que fosse uma realidade aquilo que até há pouco tempo era um sonho para o Paraná.

Fica, portanto, o nosso desejo de que se registre, na Ata, os nossos sinceros agradecimentos pela criação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, com sede em Londrina.

O sr. Sívio Barros — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ouvimos a notícia alvareira trazida por V. Exa. Ouvimos com satisfação os agradecimentos que V. Exa. pediu fossem registrados nos Anais da Casa, a todas as autoridades que naturalmente estiveram trabalhando para que o Instituto Agronômico do Paraná fosse, hoje, uma realidade em termos de planejamento. Porém é necessário, com a permissão de V. Exa., que nós também façamos um registro nos Anais desta Casa, pois desde o ano de 1967 aqui apresentamos três projetos buscando a criação deste Instituto e o último deles, transformado em Lei n. 6.061, de dezembro do ano próximo passado, oriundo desta Assembleia, foi, na realidade a peça principal a peça que consolidou a implantação do Instituto Agronômico do Estado do Paraná. É óbvio que não se fundamenta esta minha manifestação ao aparte que V. Exa. me concede ao fato de ter sido eu o autor da lei. Todos sabemos e já tivemos conhecimento de que, já em 1965, o GERCA havia colocado à disposição um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros para a implantação do Instituto. Porém, esta verba caiu no Fundo de Previdência do Grupo Executivo da Cafeicultura. Procuramos criar uma lei nova e, através desta lei, foi conseguida na Guanabara, junto ao GERCA, nova dotação de um bilhão e 500 milhões como recurso inicial para a compra e desapropriação de fazendas e áreas de terras destinadas ao Instituto.

Fizemos por nosso conta própria três viagens a Guanabara, procurando sensibilizar os dirigentes do GERCA, inclusive o secretário de Agricultura de Santa Catarina, sr. Guilherme Pimentel, meu amigo particular, e através da qual lei oriunda desta Casa onde ficou perfeitamente configurada a responsabilidade e importância do Instituto, entre o IBC e o Estado do Paraná, é que pudemos transpor as barreiras, as distâncias e as más interpretações do

governo central, e trazemos hoje para o Paraná, evidentemente, a viabilidade de constituirmos nosso Instituto.

Por muitos e muitos anos, procuramos falar dessa tribuna que V. Exa. ocupa com raro brilhantismo, mostrando a necessária e imperiosa razão de termos nosso Instituto Agronômico, que será não somente do Paraná, mas do extremo sul do Brasil.

E nós queríamos solicitar que na sua manifestação ficasse também consignado o trabalho desta Assembleia, na pessoa do Deputado que modestamente o aparteia, e também o seu trabalho que foi V. Exa. o co-autor da lei, buscando legislar para o Paraná, distante inclusive das manifestações municipais.

Fomos ao Rio, estivemos com as autoridades e mostramos que o Paraná superou a fase onde os municípios disputavam benesses federais, querendo que o Instituto viesse ao nosso Estado, para o município que melhor condições oferecesse, na condição de legislador paranaense e não legislador municipalista.

Acredito que a peça fundamental, a peça básica, afinal a condição basilar da implantação do Instituto, neste final de Governo, deve-se à atitude desta Assembleia que criou uma lei que deu possibilidades de recebermos aqueles recursos independente mesmo da atitude da Secretaria de Agricultura do Estado, que não dispõe de verba para atuar nessa faixa.

E sei ainda que no Orçamento para '71, nós precisamos configurar a contrapartida imperiosa e necessária para a consecução da verba.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre orador que tem 3 minutos para terminar.

O SR. OLAVO FERREIRA — Agradeço, sr. Presidente.

O sr. Sívio Barros — Agradeço ao nobre Deputado a atenção que concedeu ao meu aparte, mas acreditava necessária a manifestação da Assembleia Legislativa que, naturalmente, foi a promotora da grande ideia e a legisladora, afinal a peça principal para que nós tivéssemos hoje a oportunidade de termos o Instituto.

O SR. OLAVO FERREIRA — Muito obrigado pelo aparte e apesar das anotações que temos em mãos estávamos cometendo uma lamentável injustiça com V. Exa. Faço questão de frisar, para que conste da Ata, V. Exa. foi o autor do projeto, o batalhador da ideia e merece desta Casa todo nosso respeito, pelo muito que fez para que esse Instituto também viesse para o Paraná. Sei perfeitamente que a minha oração, o meu agradecimento, de nada valiam, se eu também não fizesse justiça ao trabalho e aos méritos expendidos por V. Exa. no grande esforço de trazer para o Paraná o Instituto Agronômico. — (Sem revisão do orador).

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para apresentar, à consideração da Mesa, o seguinte requerimento:

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, de acordo com o Regimento Interno, requer de V. Exa. seja consignado em Ata um voto de agradecimento ao exmo. Presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, ministro da Agricultura Cirne de Lima, ministro Vinícius de Moraes da Indústria e Comércio, presidente em exercício do IBC, dr. João Ribeiro Júnior, governador Paulo Pimentel, Associação Rural do Norte do Paraná e deputado Sívio Barros pelo esforço despendido para a criação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, com sede em Londrina.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1970.

(a) — Olavo Ferreira.

O sr. Sívio Barros — Querida que sua manifestação também fosse extensiva à Assembleia Legislativa do Paraná.

O SR. OLAVO FERREIRA — Também gostaria de estender particularmente a V. Exa. que foi também merecedor dessa homenagem.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira às 10,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei ns.: 449-68, 62-70;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns.: 25-70, 213-69, 217-69, 133-70;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns.: 29-70, 15-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns.: 4-70, 222-69, 68-70, 144-70;

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento de autoria do sr. deputado Matos Leão, solicitando prorrogação até 30 de setembro do corrente ano, da sua licença sem os subsídios.

Levanta-se a sessão.

### PORTARIAS:

#### PORTARIA N. 313-70

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 4722, de 10 de julho de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — revogar a Portaria n. 3-70, na parte que se refere a funcionária MYRYAN CORREIA MONTANHA TEIXEIRA;

II — conceder quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 28 de janeiro de 1970, ficando os restantes quinze (15) dias para serem gozados a partir de 13 de julho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de julho de 1970.

a) FLODOLDO TRINDADE

Diretor Geral

#### PORTARIA N. 314-70

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5021-70, de 21 de julho de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a FLORIPES ALVES BOSCHI, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de licença para tratamento, a partir de 21 de julho de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de julho de 1970.

a) FLODOLDO TRINDADE

Diretor Geral

#### PORTARIA N. 315-70

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que

consta do Processo protocolado sob o n. 5049-70, de 22 de julho de 1970, deste Poder.

**RESOLVE:**

conceder a **WILMA WAMBIER GUSO**, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 3 de agosto de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de julho de 1970.

a) **FLODOLDO TRINDADE**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 316-70**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

designar os funcionários **WALTER JOSÉ PEIXER**, **BLUMER BOSQUILIA E DARCÍ ANTONIO BUDEL**, para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão de inquérito administrativo que apurará as responsabilidades do funcionário **LUIZ CARLOS GONÇALVES DE COSTRO**, que consta do Edital de Chamamento 3-70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de julho de 1970.

a) **FLODOLDO TRINDADE**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 317-70**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5207, de 27 de julho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a **JOÃO MARTINS SOBRINHO**, ora a disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 27 de julho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de julho de 1970.

a) **FLODOLDO TRINDADE**  
Diretor Geral

**PORTARIA N. 318-70**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5090, de 22 de julho de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

lotar o funcionário **INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA**, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de julho de 1970.

a) **FLODOLDO TRINDADE**  
Diretor Geral

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**6a. LEGISLATURA**

**4a. SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA 7a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado José Alencar Furtado, presentes os senhores deputados **Paulo Camargo**, **Wilson Fortes**, **Luíz Renato Malucelli**, **Ivo Thomazoni**, **Abraão Miguel** e **Paulo Poli**. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. PROJETO DE LEI N. 354-65, do ex-deputado **Aníbal Khury**, altera a denominação do mun. de Jaguapitã para São José dos Bandeirantes. Relator o dep. **Paulo Camargo** que opinou pelo arquivamento da matéria. Aprovado PROJETO DE LEI N. 59-69, do dep. **Silvio Barros**, assegura a prerrogativa para distribuição de Bolsas de Estudo através dos senhores Deputados, para o Ensino Médio e das outras providências. Relator o dep. **Ivo Thomazoni**. Parecer favorável. Aprovado PROJETO DE LEI N. 25-70, of. 120-70 do Tribunal de Justiça, que trata do Nôvo Regimento de Cuscas. Relator o dep. **Paulo Poli**. O presente plano de lei retornou a esta Comissão por força de emendas recebidas em 3a. discussão. O parecer do senhor relator da matéria é pela rejeição de todas as emendas até então apresentadas, bem como opina contrariamente ao Substitutivo Geral proposto pelo relator precedente e conclui pela aprovação da matéria, nos termos constantes da Mensagem do Egrégio Tribunal de Justiça, atendidas as emendas de ns. 7 e 8, apresentadas em 3a. discussão e mais as de ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, ora apresentadas com o parecer, todas elas com finalidade corretiva. Aprovado. Votos vencidos dos senhores deputados **Luíz Renato Malucelli** e **Paulo Camargo**. PROJETO DE LEI N. 90-70, do dep. **Luíz Renato Malucelli**, denomina "Grupo Escolar **Rinaldo Calliman**", o atual grupo escolar da Vila Operário, com sede em Jandaia do Sul. Relator o dep. **Paulo Camargo**. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 95-70, do dep. **Leopoldo Jacomet**, o município de Palotina para a integrar a 43a. Inspeção Regional de Ensino, com sede em Toledo. Relator o dep. **Paulo Camargo**. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 133-70, Mensagem Governamental n. 20-70, dispõe sobre a criação de dez (10) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada e das outras providências. Relator o dep. **Abraão Miguel**, que propõe seja o art. 6.º da presente Mensagem, convertido em projeto tem separado, de acordo com o art. 60, § 11, do Regimento Interno, ao mesmo tempo que emite seu parecer favorável no que diz respeito à promoção criadora dos cargos para o funcionamento do Tribunal de Alçada. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será por mim assinada bem como pelo senhor Presidente.

aa) **Emílio Carazzini** — Presidente

**Maria Amália de Oliveira** — Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**ATA DA 17a. SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de julho de um mil e novecentos e setenta, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Redação Final, sob a presidência do deputado **Ivo Tho-**

mazoni, presentes os demais membros. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde o Senhor deputado **Aginaldo Pereira Lima** apresentou Redação Final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 94-70, de autoria do deputado **Erondy Silvério**, autorizando o Poder Executivo a celebrar com a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, convênio para pavimentar as avenidas de contorno e central da cidade de Rio Branco do Sul, na forma que especifica. PROJETO DE LEI N. 84-70, de autoria do deputado **Erondy Silvério**, declarando de utilidade pública a Federação de Trabalhadores Cristãos do Paraná, fundada em 13 de junho de 1964, com sede em Curitiba. PROJETO DE LEI N. 69-70 de autoria do deputado **Erondy Silvério**, declarando de utilidade pública a Fundação Telepar na cidade de Curitiba. PROJETO DE LEI N. 62-70, de autoria do deputado **Alencar Furtado**, considerando de utilidade pública a Sociedade Beneditina Paranaense, com sede em Curitiba. PROJETO DE LEI N. 5-70, digo, PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 5-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que, em ex-proposição de n. 40-70, aprova convênio firmado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 8-3-68, para ação fiscal sobre os órgãos executivos da atividade hemoterápica. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos referentes à presente sessão, da qual eu, **Antonio Lacerda Braga Neto**, para constar, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e achada conforme, vai por mim e pelo senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) **Ivo Thomazoni** — Presidente

**Antonio Lacerda Braga Neto** — Secretário

**PROJETO DE LEI N. 62-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada como de utilidade pública a Sociedade Beneditina Paranaense, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua atribuição, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-7-70

aa) **IVO THOMAZONI** — Presidente  
**AGNALDO P. LIMA** — Relator

**PROJETO DE LEI N. 69-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação TELEPAR, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua atribuição, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-7-70

aa) **IVO THOMAZONI** — Presidente  
**AGNALDO P. LIMA** — Relator

**PROJETO DE LEI N. 94-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, por intermédio da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, e a intervenção da Companhia de Cimento Portland Rio Branco, convênio para a realização dos serviços de pavimentação das avenidas de contorno e central da cidade de Rio Branco do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua atribuição, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-7-70

aa) **IVO THOMAZONI** — Presidente  
**AGNALDO P. LIMA** — Relator

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 5-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica aprovado nos termos do item VII, artigo 22 da Constituição Estadual, o Convênio firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 6 de março de 1968, para o exercício de ação fiscal sobre os órgãos executivos da atividade hemoterápica.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua atribuição, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-7-70

aa) **IVO THOMAZONI** — Presidente  
**AGNALDO P. LIMA** — Relator

**PROJETO DE LEI N. 84-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Federação de Trabalhadores Cristãos do Paraná, fundada em 13 de julho de 1964, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua atribuição, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-7-70

aa) **IVO THOMAZONI** — Presidente  
**AGNALDO P. LIMA** — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**6a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA 5a. REUNIAO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de um mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se em caráter extraordinário a Comissão de Finanças, com o fim específico de apreciar o Projeto de Lei n. 133-70 — Mensagem Governamental n. 20-70. Sob a presidência do senhor deputado **Roberto Galvani** e contando com as presenças dos senhores deputados **Wilson F. Fortes**, **Ovidio Franzoni** e **Ivo Thomazoni**, este na qualidade de suplente. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem



do Dia, quando foi relatado o processo em pauta: PROJETO DE LEI N. 133-70 — Oriundo da Mensagem Governamental n. 20-70, que dispõe sobre a criação de dez (10) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada, e dá outras providências. Relator senhor deputado Wilson F. Fortes, parecer favorável. Nos termos do parecer da C.C.J. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ROBERTO GALVANI — Presidente  
LELIO G. SOTTO-MAIOR — Secretário

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### 6a. LEGISLATURA

##### 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 2a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Emílio Carazzai, presentes os senhores deputados Ovidio Franzoni, Armando Queiroz, Ivo Thomazoni, Roberto Galvani, Wilson Fortes, Antônio Lopes Júnior e Paulo Poli. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. PROJETO DE LEI N. 136-70, do dep. Antônio Lopes Júnior, estabelece normas nas transferências de concessões para exploração de linha intermunicipal de transporte coletivo. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 149-70, Mensagem Governamental n. 23-70, autoriza o P.E. a instituir a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná (FAPEP) e dá outras providências. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerra os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será por mim assinada bem como pelo senhor Presidente.

aa) EMILIO CARAZZAI — Presidente  
MARIA AMELIA DE OLIVEIRA — Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### ATA DA 18a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de um mil novecentos e setenta, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Redação Final, sob a presidência do deputado Ivo Thomazoni, presentes todos os seus membros. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde o deputado Roberto Galvani apresentou Redação Final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 208-69, de autoria do deputado Ivo Thomazoni, autorizando o Poder Executivo a firmar convênio através da Secretaria de Transportes com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o Rio Andradá, em estrada que especifica. PROJETO DE LEI N. 43-69, de autoria do deputado Gabriel Manoel, autorizando o Poder Executivo a firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira, para construção de ponte sobre o rio Canoíngas, ligando os dois Municípios. PROJETO DE LEI N. 23-69, de autoria do deputado Silvio Barros, transferindo ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Terra Boa a Cianorte. PROJETO DE LEI N. 98-69, de autoria do deputado Silvio Barros, alterando a Lei n. 5.788 de 5-6-68, dando nova redação a seus artigos 6.º, 7.º e 8.º, incluindo seus parágrafos e itens, propondo nova ordenação cronológica a seus artigos. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual eu, Antônio Lacerda Braga Neto, Secretário, para constar, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e achada conforme, vai por mim e pelo senhor Presidente assinada para que produza os efeitos legais.

aa) IVO THOMAZONI — Presidente  
ANTONIO LACERDA BRAGA NETO — Secretário

#### PROJETO DE LEI N. 98-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Os artigos 6.º, 7.º e 8.º, da Lei n. 5.456, com as alterações introduzidas pela Lei 5.788, de 5-6-68, passam a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 6.º — A Fundação não terá fins lucrativos, tendo como finalidade

criar, instalar e manter, na cidade de Maringá, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um Centro Politécnico de Engenharia e outras Faculdades, destinadas a ministrarem cursos de graduação de nível universitário, de após graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão, além de pesquisas e promoções pedagógicas.

Parágrafo único — Para as pesquisas e promoções pedagógicas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tem ainda por finalidade:

I — promover cursos de preparação pedagógica;

II — colaborar com os órgãos e entidades públicas ou particulares que se destinem a promoções de caráter pedagógico e educacional;

III — estabelecer intercâmbio com organizações culturais e educacionais;

IV — divulgar o resultado dos trabalhos de pesquisas.

Art. 7.º — Os Diretores e Secretários das Faculdades serão nomeados pelo Governador do Estado, sendo aqueles dentre professores em exercício, eleitos por lista tríplice pela Congregação respectiva, aprovada pelo Conselho de Curadores.

Art. 8.º — A competência e o funcionamento dos órgãos da Fundação, bem como os das Faculdades, serão estabelecidos nos respectivos estatutos e regimentos.

Art. 2.º — Os artigos 2.º, 3.º e 4.º, da Lei 5.788, de 5-6-68, passam a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 2.º — O pessoal da Fundação de que trata esta Lei, bem como o das Faculdades, será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo aos estatutos definir a competência para a admissão e criação de empregos.

Art. 3.º — Na organização do regime didático das Faculdades, inclusive do currículo de seus cursos, a Fundação fará observar as leis do ensino da União e do Estado.

Art. 4.º — Ao Tribunal de Contas do Estado a Fundação prestará, anualmente, contas de todo o seu movimento financeiro, compreendido e das Faculdades.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-7-70

aa) IVO THOMAZONI — Presidente  
ROBERTO GALVANI — Relator

#### PROJETO DE LEI N. 208-69

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andradá, na estrada que liga a sede do referido Município ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-7-70

aa) IVO THOMAZONI — Presidente  
ROBERTO GALVANI — Relator

#### PROJETO DE LEI N. 43-69

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira, destinados à construção de uma ponte sobre o rio Congonhas, ligando os dois Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-7-70

aa) IVO THOMAZONI — Presidente  
ROBERTO GALVANI — Relator

#### PROJETO DE LEI N. 23-69

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Terra Boa e Cianorte.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-7-70

aa) IVO THOMAZONI — Presidente  
ROBERTO GALVANI — Relator